



Memórias de Brás de Pina: diálogo com os arquivos para ampliação da história urbana

*Memorias de Brás de Pina: diálogo con los archivos para la
ampliación de la historia urbana*

E6_02: La agencia popular a debate: historia, memoria y experiencias

Antônio Pimentel Sequeira Júnior

PPGAU - UFF, Brasil

apimentel.edificacoes@gmail.com

Thaís Pontes da Silva

IPPUR - UFRJ, Brasil

thaispontes.arq@gmail.com

Lucas Ribeiro Botti

IPPUR - UFRJ, Brasil

botti.arq@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por objeto a retomada da história da urbanização da favela de Brás de Pina, primeira favela urbanizada pelo Estado no Brasil. Para isso, a pesquisa busca integrar as obras já consagradas sobre o episódio com novas informações provenientes de três fundos arquivísticos: o fundo arquivístico comunitário da Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina (IRSANED); o fundo do Serviço Nacional de Informações, disponível apenas a partir de 2015 no Arquivo Nacional; e o fundo Gilda Blank, arquiteta urbanista que trabalhou na urbanização de Brás de Pina e uma das principais referências acadêmicas sobre o episódio. Para além dessas consultas, foram realizadas entrevistas usando a metodologia da história oral para resgatar, através da memória, elementos do cotidiano e estratégias de articulação popular. A urbanização da favela de Brás de Pina, ocorrida em plena ditadura empresarial-militar entre as décadas de 1960 e 1970, é considerado um evento paradigmático para a história do urbanismo no país, especialmente pelo seu caráter participativo. A narrativa sobre o episódio se consolidou a partir das obras publicadas por arquitetos que prestaram assessoria técnica à associação de moradores e posteriormente foram contratados pelo Estado para realizar a urbanização, o que pode explicar a ênfase dada na abordagem participativa. Apesar da

participação popular ter de fato acontecido na determinação do plano urbanístico e do desenho das casas, há relatos que narram um período de intensa violência e repressão por parte do Estado, além de um processo de desarticulação dos moradores promovido pelo próprio trabalho de urbanização. Esta pesquisa pretende ampliar a narrativa da urbanização para além do processo participativo, problematizando a atuação do Estado e da assessoria técnica com a população favelada, além de resgatar o papel e a importância da liderança popular do Padre José Sainz Artola.

Palavras-chave: urbanização de favelas; Brás de Pina; ditadura militar; arquivos comunitários; história urbana.

Resumen: *El presente trabajo tiene como objetivo retomar la historia de la urbanización de la favela de Brás de Pina, la primera favela urbanizada por el Estado en Brasil. Para ello, la investigación busca integrar los trabajos ya consagrados sobre el episodio con nueva información procedente de tres fondos archivísticos: el fondo archivístico comunitario de la Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina (IRSANED); el fondo del Servicio Nacional de Información, disponible solo a partir de 2015 en el Archivo Nacional; y el fondo Gilda Blank, arquitecta urbanista que trabajó en la urbanización de Brás de Pina y una de las principales referencias académicas sobre el episodio. Además de estas consultas, se realizaron entrevistas utilizando la metodología de la historia oral para rescatar, a través de la memoria, elementos de la vida cotidiana y estrategias de articulación popular. La urbanización de la favela de Brás de Pina, que tuvo lugar en plena dictadura empresarial-militar entre las décadas de 1960 y 1970, se considera un acontecimiento paradigmático para la historia del urbanismo en el país, especialmente por su carácter participativo. La narrativa sobre el episodio se consolidó a partir de las obras publicadas por arquitectos que prestaron asesoramiento técnico a la asociación de vecinos y posteriormente fueron contratados por el Estado para llevar a cabo la urbanización, lo que puede explicar el énfasis dado al enfoque participativo. La narrativa sobre el episodio se consolidó a partir de las obras publicadas por arquitectos que prestaron asesoramiento técnico a la asociación de vecinos y posteriormente fueron contratados por el Estado para llevar a cabo la urbanización, lo que puede explicar el énfasis dado al enfoque participativo. Aunque la participación popular fue una realidad en la determinación del plan urbanístico y el diseño de las viviendas, hay relatos que narran un período de intensa violencia y represión por parte del Estado, además de un proceso de desarticulación de los residentes promovido por la propia labor de urbanización. Esta investigación pretende ampliar la narrativa de la urbanización más allá del proceso participativo, cuestionando la actuación del Estado y de la asesoría técnica con la población de las favelas, además de rescatar el papel y la importancia del liderazgo popular del padre José Sainz Artola.*

Palabras-clave: urbanización de favelas; Brás de Pina; dictadura militar; archivos comunitarios; historia urbana.

Novo enquadramento: arquivos, memória e disputa de narrativa

A urbanização da favela de Brás de Pina, realizada entre as décadas de 1960 e 1970, ocupa um lugar singular na historiografia urbana brasileira por ser reconhecida como a primeira experiência de urbanização de favela conduzida pelo Estado. Desde então, o episódio foi amplamente interpretado como um marco paradigmático, associado a uma inflexão no pensamento urbanístico e à incorporação da participação popular como princípio da política urbana. Essa leitura, contudo, consolidou-se a partir de um conjunto relativamente restrito de fontes e narrativas, predominantemente técnicas e institucionais hegemônicas, que contribuíram para estabilizar uma versão específica da experiência.

Em 1964, Brás de Pina ganhou destaque na imprensa carioca por integrar o grupo de favelas que se opunham às políticas de remoção forçada conduzidas por Carlos Lacerda. Diante das investidas do governo da Guanabara, os moradores organizaram-se coletivamente por meio da Associação de Moradores União de Defesa e Melhoramentos da Favela de Brás de Pina (UDMFBP), contando com o apoio de lideranças da Igreja Católica, especialmente o padre José Sainz Artola, de veículos locais de comunicação e da Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara (FAFEG) (Figura 01). Com recursos próprios, a comunidade desenvolveu um plano popular de urbanização, que incluía um levantamento demográfico e um estatuto interno voltado à regulação da ocupação e da produção do espaço na favela. Esse conjunto de iniciativas, somado à visibilidade pública da mobilização e às promessas de urbanização feitas por Negrão de Lima durante a campanha de 1965, favoreceu a escolha de Brás de Pina como primeira área de intervenção da recém-criada (em 1968), Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO). Nesse sentido, torna-se essencial reconhecer o protagonismo dos sujeitos locais, cuja organização e atuação política foram determinantes para que Brás de Pina se consolidasse como a única favela urbanizada em um contexto marcado pela repressão da ditadura militar.¹



Figura 01: Moradores da favela de Brás de Pina protestam em frente ao Palácio das Laranjeiras. Destaque para o Padre Artola, juntamente com mulheres e crianças à frente da manifestação. Fonte: Arquivo Nacional (Correio da Manhã, 25/11/1964)

¹ O plano de urbanização da CODESCO contemplava também as favelas de Mata Machado e do Morro União. No entanto, segundo Santos (1981, p. 80), apenas em Brás de Pina a urbanização foi plenamente executada; no Morro União houve implementação parcial, e na favela Mata Machado apenas um projeto chegou a ser elaborado.

No entanto, nas últimas décadas, a literatura sobre Brás de Pina tem privilegiado o caráter inovador do processo, enfatizando o protagonismo da assessoria técnica e a atuação do Estado por meio da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO). Ainda que essas interpretações tenham sido fundamentais para o reconhecimento do caso, elas tendem a minimizar conflitos, assimetrias de poder e processos de exclusão que atravessaram a urbanização, além de silenciar atores e práticas centrais para a viabilização da experiência. Desse modo, a urbanização de Brás de Pina passou a ser reiterada como um “caso de sucesso”, frequentemente dissociado das condições políticas autoritárias em que ocorreu e das disputas que marcaram sua implementação.

Este artigo parte do pressuposto de que a compreensão da experiência de Brás de Pina pode ser significativamente ampliada quando se desloca o foco da análise das narrativas consagradas para os arquivos locais, comunitários e técnicos que permaneceram, por décadas, à margem da historiografia oficial. Ao mobilizar fundos documentais pouco explorados — como o arquivo comunitário da Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina (IRSANED) e o fundo pessoal e profissional da arquiteta Gilda Blank —, a pesquisa busca evidenciar como a própria produção do arquivo é atravessada por disputas de poder, silêncios e apagamentos.

Nesse sentido, o artigo propõe compreender os arquivos não apenas como repositórios de informações, mas como dispositivos ativos na construção da memória urbana. A análise desses acervos permite reconstituir práticas de organização popular, tensões entre moradores e Estado, contradições da assessoria técnica e estratégias de controle político que foram progressivamente excluídas das narrativas dominantes sobre a urbanização. Ao mesmo tempo, esses arquivos revelam a centralidade de lideranças locais — como o Padre José Sainz Artola — cuja atuação foi fundamental tanto na resistência às remoções quanto na articulação do processo de urbanização, mas cuja importância foi sistematicamente minimizada ou silenciada.

Dessa forma, o objetivo do artigo é revisitar a urbanização de Brás de Pina a partir de uma abordagem centrada nos arquivos locais e recém-acessados, tensionando as leituras estabilizadas do caso e propondo uma interpretação que incorpore conflito, repressão, perda e desarticulação social como dimensões constitutivas da experiência. Ao fazê-lo, o trabalho contribui para a amplitude do debate sobre memória urbana, história das favelas e produção do conhecimento urbanístico, ao evidenciar que a história da urbanização não é apenas uma história de projetos e políticas, mas também de disputas pela narrativa e pelo direito à memória.

Arquivos como método e ampliação da produção da memória urbana

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na articulação entre pesquisa documental, análise arquivística e história oral, com o objetivo de compreender a urbanização da favela de Brás de Pina a partir da materialidade dos arquivos e das memórias produzidas no território. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente em fontes institucionais consolidadas, o estudo privilegia o cruzamento entre arquivos locais, fundos técnicos e documentos do aparato estatal, reconhecendo o arquivo como um campo de disputa política e simbólica.

A investigação foi estruturada a partir de três conjuntos documentais principais. O primeiro refere-se ao arquivo comunitário da Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina (IRSANED), constituído a partir da guarda autônoma de documentos por antigos líderes comunitários. Esse acervo reúne estatutos, correspondências, registros fotográficos, materiais impressos, bandeiras,

livros e documentos pessoais do Padre José Sainz Artola, configurando-se como um arquivo vivo, não institucionalizado, produzido no interior das práticas de mobilização e organização popular. A análise desse material permite acessar formas de produção da memória que escapam aos registros oficiais, evidenciando continuidades da ação coletiva para além do período estrito da urbanização.

O segundo conjunto documental é composto pelo fundo Gilda Blank, atualmente sob custódia do Museu de Arte do Rio (MAR) e ainda em processo de catalogação. Trata-se de um acervo de natureza híbrida, que reúne documentos técnicos, administrativos e pessoais produzidos durante a atuação da arquiteta no processo de urbanização de Brás de Pina. Foram analisados mapas, plantas, formulários da CODESCO, registros fotográficos do canteiro de obras e documentos relacionados aos mecanismos de financiamento habitacional. O acesso a esse fundo possibilita confrontar a narrativa presente na dissertação de Blank (1977) com os vestígios empíricos do trabalho de campo e da atuação institucional, revelando ambiguidades, silêncios e contradições do processo.

O terceiro conjunto corresponde aos arquivos estatais e da repressão, especialmente os documentos do Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Esses documentos foram mobilizados para compreender as formas de vigilância, perseguição e controle exercidas sobre lideranças comunitárias e religiosas, em especial o Padre Artola, situando a urbanização no contexto mais amplo do regime autoritário vigente, durante todo o processo.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com antigos moradores e lideranças locais, orientadas pela metodologia da história oral. As entrevistas buscaram ativar memórias associadas a documentos, fotografias e experiências cotidianas, permitindo o cruzamento entre narrativas orais e materiais arquivísticos. Essa estratégia metodológica possibilitou não apenas a validação cruzada das fontes, mas também a compreensão dos sentidos atribuídos pelos moradores ao processo de urbanização e às transformações subsequentes do território.

O fundo Gilda Blank e as contradições da assessoria técnica

A consulta ao fundo Gilda Blank permite reexaminar o papel da assessoria técnica na urbanização de Brás de Pina a partir de uma perspectiva que ultrapassa a narrativa consagrada de inovação e participação. Diferentemente da dissertação publicada em 1977, na qual o processo é apresentado de forma relativamente coesa e linear, os documentos do fundo revelam um campo marcado por ambivalências, disputas internas e mecanismos de controle que tensionam a ideia de uma experiência homogênea.

Os materiais técnicos — como plantas, mapas e formulários padronizados — evidenciam o esforço da CODESCO em racionalizar o território e enquadrar a produção habitacional em parâmetros administrativos e financeiros definidos externamente à comunidade. Esses documentos indicam que, embora o discurso institucional valorizasse a participação e o mutirão, o processo de urbanização foi progressivamente atravessado por lógicas de padronização, hierarquização e financeirização da moradia. A centralidade dos instrumentos de financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) aparece de forma explícita nos registros, reforçando a subordinação do projeto urbano a critérios de solvência econômica.

Ao mesmo tempo, o fundo revela aspectos do cotidiano do canteiro de obras e da interação entre técnicos e moradores que não são plenamente elaborados na literatura. Fotografias e anotações informais mostram um território em transformação acelerada, no qual a pressão pela substituição dos barracos por casas de alvenaria se intensificou rapidamente. Esse processo, longe de ser apenas resultado do engajamento coletivo, foi impulsionado por exigências institucionais, como a obrigatoriedade de demolição dos barracos após a construção das novas casas, contribuindo para a expulsão gradual dos moradores mais vulneráveis.

Outro elemento relevante diz respeito à desarticulação progressiva da associação de moradores. Documentos administrativos apontam para a crescente centralização das decisões na CODESCO, que passou a tratar diretamente com indivíduos e famílias, enfraquecendo as instâncias coletivas de representação. Essa dinâmica contrasta com o Estatuto Popular de Urbanização elaborado anteriormente pelos moradores, no qual a autogestão, a solidariedade e a igualdade de condições eram princípios estruturantes do processo.

Nesse sentido, o fundo Gilda Blank permite compreender a urbanização de Brás de Pina como uma experiência atravessada por tensões entre o saber técnico e o saber popular, entre a promessa de participação e os mecanismos de controle estatal. Longe de invalidar a importância histórica da experiência, essa leitura complexifica o caso, evidenciando que a assessoria técnica operou simultaneamente como mediadora, viabilizadora e agente de um processo que produziu exclusões e deslocamentos. A análise do fundo, portanto, contribui para deslocar a urbanização de Brás de Pina de uma narrativa exemplar para uma interpretação crítica, atenta às contradições constitutivas das políticas urbanas em contextos autoritários.

Arquivo, memória e poder na história urbana das favelas

A releitura da urbanização de Brás de Pina a partir de arquivos locais, comunitários e técnicos permite tensionar a forma como a história urbana das favelas cariocas foi produzida e estabilizada no campo acadêmico. Como aponta Valladares (2000; 2005), a própria invenção da favela como objeto de conhecimento esteve associada à seleção de determinadas fontes, discursos e agentes legitimados, frequentemente vinculados ao Estado e às elites técnicas. Nesse sentido, a centralidade dos registros institucionais na historiografia urbana contribuiu para a consolidação de narrativas que privilegiam projetos, políticas e intervenções formais, em detrimento das experiências e conflitos vividos no território.

Essa perspectiva é tensionada por Sandercock (1998), ao propor uma historiografia insurgente do Planejamento Urbano, voltada ao questionamento das narrativas dominantes centradas na atuação estatal e tecnocrática. Ao defender a incorporação de vozes, práticas e epistemologias historicamente invisibilizadas, a autora amplia a noção de planejamento para além da ação profissional e institucional, evidenciando a relevância de iniciativas comunitárias, práticas de autogestão e outros modos coletivos de produção do espaço urbano. Tal abordagem demonstra que sempre existiram práticas alternativas na construção das cidades, operando à margem ou em oposição à estrutura oficial, e desafia, assim, a visão homogênea e hegemônica da historiografia urbana.

No caso do Rio de Janeiro, Abreu (2022) demonstra como a produção da história urbana esteve profundamente vinculada aos processos de modernização, planejamento e ordenamento da cidade, o que influenciou a forma como áreas populares foram representadas e analisadas. A urbanização de Brás de Pina insere-se nesse movimento mais amplo, sendo posteriormente

interpretada como marco de inflexão nas políticas públicas para favelas, sobretudo a partir da consolidação da urbanização como política estatal (Pugliesi, 2002; Cardoso; Luft; Ximenes, 2023).

Essa leitura é fortemente ancorada em trabalhos produzidos no interior do próprio campo do planejamento urbano, como a tese de Blank (1977) e as análises de Santos (1981), que enfatizam o caráter inovador da experiência e seu potencial participativo. Embora fundamentais, essas interpretações contribuíram para estabilizar uma narrativa que minimiza conflitos, silencia tensões internas e atenua os efeitos excludentes produzidos ao longo do processo, como a expulsão gradual de moradores mais pobres e a desarticulação das formas coletivas de organização.

A incorporação dos arquivos comunitários da Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina permite recolocar em evidência a centralidade da ação coletiva e da resistência às políticas de remoção, em diálogo com a tradição dos movimentos urbanos analisada por Santos (1981) e com os estudos recentes sobre memória e direito à cidade nas favelas cariocas (Gonçalves, 2013; 2024). Esses documentos revelam que a formulação de um projeto popular de urbanização antecedeu a atuação institucional do Estado, aproximando-se das experiências históricas de organização popular discutidas por Gonçalves (2021) e por Silva (2012).

Além disso, os arquivos locais evidenciam o papel central da Igreja Católica progressista na mediação dos conflitos urbanos durante a ditadura militar. Os relatos de Artola (2000), Freitas (2024) e Souza e Serbin (2001) ajudam a compreender a atuação do Padre José Sainz Artola como liderança política e articulador comunitário, cuja importância foi sistematicamente minimizada nas narrativas urbanísticas. Os documentos do Serviço Nacional de Informações, por sua vez, revelam que essa atuação era percebida como ameaça à ordem política, sendo objeto de vigilância constante, o que reinscreve a urbanização de Brás de Pina no contexto autoritário do período.

A análise do fundo Gilda Blank permite aprofundar as ambivalências da assessoria técnica, evidenciando a coexistência entre práticas participativas e mecanismos de controle, padronização e financeirização da moradia. Como apontam Cardoso, Luft e Ximenes (2023), a consolidação da urbanização como política pública implicou a incorporação de instrumentos financeiros e administrativos que frequentemente produziram novos processos de exclusão. Nesse sentido, a experiência de Brás de Pina antecipa dinâmicas posteriormente discutidas no debate sobre gentrificação de favelas (Santos, 2021), revelando que a urbanização pode operar simultaneamente como conquista e como mecanismo de substituição social. Tal processo, conforme observado em Brás de Pina, contribuiu diretamente para a ruptura de vínculos sociais, a desarticulação de lideranças comunitárias e a dissolução de uma memória coletiva forjada nas experiências comuns de luta pelo direito à moradia, implicando no esquecimento desse caso em parte significativa de novos moradores e gerações mais novas do território.

Assim, a articulação entre diferentes arquivos permite compreender a urbanização de Brás de Pina como parte de uma longa história de disputas em torno do território, da memória e da legitimidade dos saberes urbanos. O arquivo emerge, portanto, não como simples repositório do passado, mas como espaço ativo de produção de narrativas, silêncios e hierarquias, refletindo as relações de poder que estruturam a própria história urbana das favelas cariocas.

Encontro de memórias, a reconstrução e reconhecimento dos arquivos locais



Os arquivos locais revelam que, após o processo de urbanização, houve continuidade das mobilizações políticas e sociais dos moradores, especialmente por meio da atuação da Irmandade Santa Edwiges (IRSANED). Nesse contexto, o afastamento do Padre Artola do movimento comunitário, em 1971, ocorreu em razão da repressão exercida tanto pelo regime ditatorial quanto pela hierarquia da Igreja Católica. Tal afastamento, contudo, não significou uma ruptura definitiva, mas configurou-se como uma estratégia para preservar as iniciativas conduzidas pelos próprios moradores.

Com o avanço do processo de redemocratização, antigos líderes da associação de moradores fundaram, em 1979, a IRSANED, que passou a desempenhar um papel central na articulação comunitária. O apoio do Padre Artola à assessoria da Irmandade, a partir de 1981, marca um novo momento de fortalecimento das ações coletivas. Essa trajetória resultou na elaboração do livro *Pobres e projetos estratégicos* (Artola, 2000), concebido de forma colaborativa com os moradores, e que integra o acervo documental analisado (Figura 02). A obra sintetiza reivindicações históricas da população, especialmente no que se refere ao direito à moradia digna, e reafirma a produção coletiva do conhecimento como instrumento político.



Figura 02: alguns itens do arquivo comunitário. Fonte: Fundo documental IRSANED.

O acervo preservado pelas lideranças da IRSANED constitui um testemunho relevante da trajetória histórica do território, ao atuar como instrumento de mobilização da memória local e possibilitar o reconhecimento dos moradores como protagonistas do processo histórico. A análise documental desse arquivo, articulada à história oral, permite o acesso a informações inéditas e contribui para a preservação e transmissão de narrativas populares frequentemente invisibilizadas pelos processos de urbanização conduzidos pelo Estado.

Os relatos orais evidenciam aspectos da dinâmica comunitária anterior à intervenção estatal, revelando formas de organização espacial e social baseadas em referências locais, como becos e ruas identificados por nomes de moradores ou comércio (Figuras 03 e 04). A reestruturação do espaço urbano, com a padronização e numeração das vias, embora tenha promovido melhorias na infraestrutura física, impactou negativamente práticas cotidianas e laços comunitários anteriormente fortalecidos no espaço autoconstruído pelos moradores, conforme apontam os depoimentos das lideranças comunitárias (Agência IPPUR, 2022).

Eles pegaram as ligações entre as quatro ruas principais e começaram a fazer “picuinha”. Eu pegava a Rua Taborari e saía em frente ao beco da Marari. Logo após, vinha o beco da Maria Bicheira e já saía na Japegoá. Eu fazia uma circulação interna que nos obrigava muito até cumprimentar os vizinhos. Agora não, pra ir pra Rua Alquindar, preciso ir pelo asfalto ou senão dou muita volta (Agência IPPUR, 2022).

Nesse sentido, as narrativas dos sujeitos locais mostram-se fundamentais para a compreensão das vivências e percepções da população, ao tensionarem interpretações consolidadas e evidenciarem os múltiplos efeitos da intervenção estatal. Ao reconstituir aspectos do território anteriores à ação do Estado, esses encontros de memórias revelam dinâmicas sociais, sentidos de pertencimento e formas de resistência construídas em um contexto marcado pela repressão do período ditatorial, reafirmando a centralidade da experiência popular na produção da história urbana e na disputa pelos significados do território.



Figuras 03 e 04: Atividade de história oral “encontro de memórias” com antigos moradores no território de Brás de Pina. Fonte: acervo dos autores

O que muda quando o arquivo muda

Ao deslocar o foco da análise da urbanização de Brás de Pina para os arquivos que documentam essa experiência, este artigo buscou contribuir para uma leitura crítica da história urbana das favelas, evidenciando que a consagração de determinados episódios como marcos paradigmáticos está diretamente associada aos processos de produção, seleção e legitimação da memória. Como argumenta Valladares (2005), a estabilização de narrativas sobre a favela envolve não apenas disputas materiais, mas também disputas simbólicas sobre o que pode ser lembrado, registrado e narrado.

A análise dos arquivos comunitários revelou o protagonismo dos moradores na resistência às remoções e na formulação de um projeto próprio de urbanização, reafirmando a centralidade da ação coletiva na história das favelas cariocas (Santos, 1981; Gonçalves, 2013; 2024). A análise do fundo Gilda Blank permitiu, por sua vez, complexificar o papel da assessoria técnica, evidenciando contradições entre o discurso participativo e os mecanismos institucionais de

controle, padronização e financeirização da moradia, em consonância com a consolidação da urbanização como política pública (Pugliesi, 2002; Cardoso; Luft; Ximenes, 2023).

A incorporação dos arquivos da repressão reinscreveu a experiência de Brás de Pina no contexto autoritário da ditadura militar, recolocando a vigilância sobre lideranças comunitárias e religiosas como elemento constitutivo do processo. Esse achado tensiona leituras despolitizadas da urbanização e evidencia os limites da participação popular sob permanente controle estatal, como problematizado por Vainer (2001) ao discutir as escalas do poder local.

Dessa forma, o artigo argumenta que a história da urbanização de Brás de Pina não pode ser plenamente compreendida sem uma reflexão crítica sobre os arquivos que a sustentam. Ao privilegiar fontes técnicas e institucionais, a historiografia urbana contribuiu para estabilizar uma narrativa que enfatiza a inovação e o sucesso da experiência, ao passo que silencia conflitos, perdas e processos de exclusão. A incorporação de arquivos locais e comunitários permite, ao contrário, reposicionar Brás de Pina como um caso emblemático de disputa pela memória urbana e pelo direito à narrativa.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022.

AGÊNCIA IPPUR. **Brás de Pina – O que poderia ter sido ainda não foi**. YouTube, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/pB69OvhvS2g?si=4AagxnRQkAEcEjPN>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ARTOLA, José Sainz. **Pobres e projetos estratégicos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARRETO, L. A estação. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 6 out. 1921, p. 2.

BLANK, Gilda. **Experiência em urbanização de favela carioca: Brás de Pina**. 1977. Tese (Planejamento Urbano e Regional) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

CARDOSO, Adauto L.; LUFT, Rosangela M.; XIMENES, Luciana A. (org.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é preciso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aimberê, 2024.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: histórias e direito**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. E o prefeito sobe o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas. In: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mário; AMOROSO, Mauro (org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Pallas, 2021. p. 57-85.

GONÇALVES, Rafael Soares (org.). **Favelas e memória: primeiros projetos de urbanização**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Numa, 2024.

PUGLIESI, Stella Christina Silveira de Toledo Santos. **Urbanização de favelas: de alternativa a política consolidada**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP, São Carlos, 2002.



SANDERCOCK, Leonie. **Framing Insurgent Historiographies for Planning**. In: Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1 - 33.

SANTOS, Andreia Nogueira dos. **Gentrificação de favela: discurso ou ameaça no Morro do Vidigal?** 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et al. **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 51-63.

SILVA, Soraia Santos da. Brás de Pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela. In: MARTINS, Bianca Camargo (org.). **Arquitetura e urbanismo: planejando e edificando espaços 2**. Ponta Grossa: Atena, 2019.

SILVA, Thiago; LISIAK, Janaína. **QUADRA / CODESCO realiza urbanização participativa na favela Brás de Pina**. Cronologia do Pensamento Urbanístico. Disponível em: <http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>. Acesso em: 8 maio 2023.

SOUZA, Sara Cristina de; SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A gênese da favela carioca**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas**. In: Anais do IX Congresso Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.